



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

> Conselho Geral

> Parecer do CG, proc. Nº. 37/PP/2012-G, de 16 de Janeiro de 2013

### PARECER

Vem o Requerente, Dr. ..., advogado com a cédula profissional nº ..., solicitar parecer sobre a compatibilidade da advocacia com o cargo de deputado municipal.

Esclarece que se encontra a exercer a advocacia e, concomitantemente, exerce “um mandato de deputado municipal na assembleia municipal de ...”, mandato, este, pelo qual recebe a quantia de € 40,00 por cada sessão da assembleia municipal.

Mais informa que em virtude do exercício da profissão de advogado patrocina uma acção contra o município em que é reclamada uma quantia elevada, pelo que existe já algum mal estar publico no município que reclama a sua exoneração do cargo de deputado.

Pretende o Requerente dissipar a dúvida sobre a existência de alguma incompatibilidade entre o exercício daquelas duas actividades.

É essa a única questão a apreciar.

Estatui o artº. 76º, nº 2 do E.O.A. que *“O exercício da advocacia é inconciliável com qualquer cargo, função ou actividade que possam afectar a isenção, a independência e a dignidade da profissão”*.

Na linha dos princípios gerais enunciados no artº. 76º, o artº. 77º do E.O.A. enuncia vários exemplos de situações de incompatibilidade.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

De acordo com a alínea a) do nº 1 do artº. 77º do Estatuto da Ordem dos Advogados são *“incompatíveis com o exercício da advocacia os seguintes cargos, funções e actividades(...) a) Titular ou membro de órgão de soberanos, os representantes da República para as regiões autónomas, os presidentes de câmara municipal e, bem assim, os respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou contratados dos respectivos gabinetes ou serviços”*.

Por sua vez, o nº 2 do mesmo artigo estatui que *“As incompatibilidades verificam-se qualquer que seja o título, designação, natureza e espécie de provimento ou contratação, o modo de remuneração e, em termos gerais, qualquer que seja o regime jurídico do respectivo cargo, função ou actividade, com excepção das seguintes situações:*

- a) Dos membros da Assembleia da República, bem como dos respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou outros contratados dos respectivos gabinetes ou serviços;*
- b) Dos que estejam aposentados, reformados, inactivos, com licença ilimitada ou na reserva;*
- c) Dos docentes;*
- d) Dos que estejam contratados em regime de prestação de serviços.”*

O elenco de incompatibilidades enunciado no artº. 77º, nº 1 do E.O.A. é meramente exemplificativo, e não taxativo.

A regra geral está enunciada nos nºs 1 e 2 do artº. 76º do E.O.A..



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Na medida em que não se encontra taxativamente prevista no artº. 77º, nº 1 do E.O.A. a existência de qualquer incompatibilidade entre o exercício da advocacia e a função de deputado municipal, resta saber se tal cumulação de actividades é incompatível à luz do regime geral previsto no artº. 76º, nº 2 do mesmo diploma.

Entendemos que não.

À partida, o exercício das funções de deputado municipal em nada contende com a isenção, a independência e a dignidade da profissão de advogado.

Pelo contrário, até a prestigia, pois significa o reconhecimento da sociedade civil de que o profissional de advocacia, pelo seu saber técnico e experiência profissional, tem um contributo positivo a dar na discussão pública das questões da comunidade municipal onde vive.

Vedar, à partida, tal possibilidade significaria reconhecer uma “*capitis deminutio*” ao advogado relativamente a outras profissões, para a qual, muito sinceramente, não encontramos fundamento.

Pelo que, em abstracto, não existe qualquer incompatibilidade entre o exercício da advocacia e a função de deputado municipal.

Contudo, se num determinado caso concreto e perante circunstâncias concretas, se verificar fundadamente que o exercício da função de deputado municipal está a afectar a sua isenção ou independência da advocacia por si exercida ou a por em causa a própria dignidade da profissão, então deverá reconhecer-se a existência de tal incompatibilidade.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

No caso concreto, o Requerente patrocina uma acção contra o município em que é reclamada uma quantia elevada contra o mesmo, o que tem gerado comentários públicos contra o mesmo, reclamando a sua exoneração como deputado municipal.

Bem sabemos como na prática política tudo se faz para “queimar” adversários na praça pública.

Pensamos, no entanto, que, no caso concreto, não estaremos em tese perante uma situação de incompatibilidade.

Poderá, eventualmente, estar-se perante uma situação de impedimento.

Nos termos do n.º 2 do artigo 78º do E.O.A. resulta que *“o advogado está impedido de praticar actos profissionais e de mover qualquer influência junto de entidades, públicas ou privadas, onde desempenhe ou tenha desempenhado funções cujo exercício possa suscitar, em concreto, uma incompatibilidade, se aqueles actos ou influências entrarem em conflito com as regras deontológicas contidas neste Estatuto, nomeadamente, os princípios gerais enunciados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76º”*.

O Requerente, ao assumir o patrocínio jurídico em acção judicial em que é parte o Município no qual exerce as funções de deputado da Assembleia Municipal, põe em causa a independência e a dignidade do exercício da advocacia.

A simples suspeita pública de que o Requerente pode exercer qualquer influência positiva ou negativa junto do município no que diz respeito à condução de uma acção judicial ou de que a pode utilizar como instrumento de retaliação política é, só por si, motivo de melindre da dignidade da profissão.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Pelo que, no caso concreto, entendemos que se verifica uma situação de impedimento de exercício da advocacia, nos termos do disposto nos artº.s 78º, nº 1 e 2 e artº. 76º, nº 2 do E.O.A..

Entendemos, por isso, que o Requerente deve tomar, de imediato, uma das seguintes atitudes: ou cessar o patrocínio na acção judicial que move ao município; ou cessar as suas funções de deputado municipal.

### CONCLUSÕES:

1ª - À partida, o exercício das funções de deputado municipal em nada contende com a isenção, a independência e a dignidade da profissão de advogado, **pelo que, em abstracto, não existe qualquer incompatibilidade entre o exercício de ambas as funções.**

2ª - Contudo, se num determinado caso concreto e perante circunstâncias concretas, se verificar fundadamente que o exercício da função de deputado municipal está a afectar a sua isenção ou independência da advocacia por si exercida ou a por em causa a própria dignidade da profissão, então deverá reconhecer-se a existência de tal incompatibilidade.

3ª - Nos termos do n.º 2 do artigo 78º do E.O.A. resulta que *“o advogado está impedido de praticar actos profissionais e de mover qualquer influência junto de*



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

### **Jurisprudência da OA**

*entidades, públicas ou privadas, onde desempenhe ou tenha desempenhado funções cujo exercício possa suscitar, em concreto, uma incompatibilidade, se aqueles actos ou influências entrarem em conflito com as regras deontológicas contidas neste Estatuto, nomeadamente, os princípios gerais enunciados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76º.*

4ª - Ao assumir o patrocínio jurídico em acção judicial em que é parte o Município no qual exerce as funções de deputado da Assembleia Municipal, o Requerente põe em causa a independência e a dignidade do exercício da advocacia.

5ª - A simples suspeita pública de que o Requerente pode exercer qualquer influência positiva ou negativa junto do município no que diz respeito à condução de uma acção judicial ou de que a pode utilizar como instrumento de retaliação política é, só por si, motivo de melindre da dignidade da profissão.

6ª - Pelo que, no caso concreto, entendemos que se verifica uma situação de impedimento de exercício da advocacia, nos termos do disposto nos artº.s 78º, nº 1 e 2 e artº. 76º, nº 2 do E.O.A..

7ª - O Requerente deve tomar, de imediato, uma das seguintes atitudes: ou cessar o patrocínio na acção judicial que move ao município; ou cessar as suas funções de deputado municipal.

É este o nosso parecer.



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

---

### **Jurisprudência da OA**

À sessão do Conselho Geral de 16 de Janeiro de 2013.

O Relator: Miguel Salgueiro Meira